



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

1- Seccional ou Unidade do TRF1:		Seção Judiciária de Rondônia	
2- Ciclo de Planejamento		2021-2026 - posição em agosto/2023	
3- Execução das Metas do Poder Judiciário e da Justiça Federal:			
Percentual de Cumprimento de Metas por Vara (inserir abaixo o link SEI do Painel atualizado extraído do e-Siest):			
19045833			
4 – Resultados dos indicadores dos processos críticos: (inserir abaixo o link SEI da planilha Excel padrão de resultados dos indicadores atualizada):			
-			
5 - Execução das iniciativas estratégicas (inserir abaixo o link SEI das planilhas Excel padrão da metodologia atualizadas):			
Plano de Ação:		Seleção e Classificação das Iniciativas:	Painel de Contribuição:
19045847		19045852	19045860
6- Iniciativas com potencial de compartilhamento entre seccionais (indicar as mais impactantes, viáveis e menos complexas, inclusive com relação ao PLS):			
Nome da iniciativa:		% execução	n. Pae SEI
1- Implantação de atendimento virtual via chatbot;		100%	0001328- 82.2021.4.01.8012
2- Gerenciamento de impressão por meio de software;		100%	0001187- 63.2021.4.01.8012
3- Transformação Digital (digitalização e migração de processos para o PJe);		100%	0000343- 50.2020.4.01.8012
4- Implantação de usina fotovoltaica;		100%	0000930- 09.2019.4.01.8012
5- Divulgação de dados, eventos e projetos em mídia social;		100%	0002088- 94.2022.4.01.8012
6- Rede wireless (Wi-Fi) corporativa.		100%	0003198- 65.2021.4.01.8012
7- Diálogo Semanal de Segurança		100%	0001203- 46.2023.4.01.8012
7 - Destaques da execução da Estratégia (boas práticas adotadas para o impulso no cumprimento das Metas contornando as dificuldades):			
Com relação às Metas:			
1- Selo Estratégia em Ação;			
2- Monitoramento das metas pelo e-Siest;			
3- Criação de equipe de digitalização e migração dos processos físicos;			
4- Acompanhamento da execução das iniciativas.			
Com relação aos processos críticos:			
1- Os processos críticos ainda não foram mapeados			
Com relação às iniciativas estratégicas inclusive PLS:			
1- Aprovação do novo PLS 2021-2026;			
2- Instalação de novo sistema de refrigeração VRF;			
3- Implantação de usina fotovoltaica;			
4- Gerenciamento das impressões por meio de software;			
5- Análise do desempenho do PLS em 2022;			
6- Exigência de critérios de sustentabilidade nas contratações;			
8 - Dificuldades para execução da Estratégia (barreiras enfrentadas):			
Com relação às Metas:			
1- Baixa maturidade em gestão estratégica;			
2- Baixa maturidade em gestão de projetos;			

- 3- Ausência de capacitação;
- 4- Escassez de recursos humanos;
- 5- Ausência de monitoramento pelo Cipe;
- 6- Inconsistências e indisponibilidade dos relatórios do e-Siest;
- 7- Ausência de compartilhamento das boas práticas;
- 8- Concentração das atividades em apenas um servidor;
- 9- Ausência de comunicação das iniciativas setoriais.

Com relação aos processos críticos:

- 1- Os processos críticos ainda não foram mapeados com utilização de metodologia específica

Com relação às iniciativas estratégicas inclusive PLS:

- 1- Baixa maturidade em sustentabilidade;
- 2- Inconsistências nos dados apresentados pelas unidades;
- 3- Escassez de recursos humanos;
- 4- Ausência de capacitação e envolvimento do corpo funcional;
- 5- Captação manual de dados referentes aos indicadores de desempenho;
- 6- Concentração das atividades da CPLS em apenas um membro;
- 7- Ausência de comunicação das iniciativas setoriais;
- 8- Ausência de engajamento de servidores, gestores e diretores;
- 9- Ausência de segregação entre a CPLS e o serviço de sustentabilidade.

9 - Conclusão, comentários e sugestões de melhoria:

Foram atualizadas as situações da ação de gestão do acervo processual e documental do arquivo geral do órgão e do projeto "Concilia Amazônia Protege". Além disso, foi incluído o projeto "Diálogo Semanal de Segurança", concluído em julho/2023, que introduziu a realização de reuniões periódicas em unidades administrativas e judiciais da seccional com o objetivo de promover a segurança psicológica no ambiente de trabalho e melhorar o clima organizacional e o bem-estar de todos.

Conforme antecipado no relatório anterior, a situação do projeto "Concilia Amazônia Protege" foi reavaliada junto ao gerente responsável, haja vista a ausência de registros ou movimentações no processo desde setembro/2022. Segundo informações do gerente, o projeto não avançou após os contatos e reuniões iniciais em razão de obstáculos internos de alguns órgãos parceiros que, por sua vez, inviabilizavam a realização das conciliações. Com isso, o projeto foi cancelado.

No geral, a execução das iniciativas da seccional teve uma pequena redução no período de abril a agosto/2023, passando de 74% para 72%, considerando o cancelamento do projeto "Concilia Amazônia Protege". A taxa de execução evidencia o compromisso da seccional em concluir suas ações, apesar da situação funcional consideravelmente desfavorável, marcada pela perda de servidores, cargos e funções, com a conseqüente sobrecarga de trabalho nas unidades. A unidade responsável pelo apoio à gestão estratégica, por exemplo, segue com apenas um servidor e uma prestadora de serviço, acumulando serviços relacionados à governança, inovação, sustentabilidade, acessibilidade, inclusão e atendimento à LGPD, além de outras atividades atribuídas por determinação superior, a exemplo do suporte na implementação de sistema administrativo (e-AVS), que demandam enorme esforço e tempo para instrução e saneamento de dúvidas dos usuários.

Para o próximo trimestre, segue a pretensão da Seage de reativar o Cipe e restabelecer a posição do comitê como órgão central responsável pelo direcionamento e monitoramento da estratégia local. Atualmente, as funções de gestão, apoio e monitoramento da estratégia recaem exclusivamente sobre a Seage, o que contraria as orientações normativas e a boa governança. A medida visa descentralizar o conhecimento, o controle e a responsabilidade pelos resultados almejados e alcançados pelo órgão, permitindo que mais atores participem e influenciem no processo de execução da estratégia. O mesmo deverá ocorrer com relação à CPLS, no âmbito da sustentabilidade.

Há também a intenção de retomar as conversas com o CEJUC a respeito da propositura de projetos e iniciativas que visem o incentivo e o aprimoramento da conciliação pré-processual, sobretudo diante da pretensão do tribunal de reforçar a unidade. Com o cancelamento do projeto "Concilia Amazônia Protege", a seccional deixa de contar com ações ou iniciativas relacionadas à prevenção de litígios e à adoção de soluções consensuais para os conflitos.

No tocante ao cumprimento das metas, observou-se uma melhora no desempenho das unidades em relação ao trimestre anterior, com sete varas obtendo índice para o recebimento de selo. No desempenho por UF, a seccional de Rondônia ocupa, atualmente, o 4º lugar, indicando a possibilidade de bronze no Selo Estratégia em Ação.

RICARDO BECKERATH DA SILVA LEITÃO
Juiz Federal Diretor do Foro

RENATO ALFAIA PEREIRA
Supervisor da Seage



Documento assinado eletronicamente por **Renato Alfaia Pereira, Supervisor(a) de Seção**, em 25/09/2023, às 20:26 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Beckerath da Silva Leitão, Diretor do Foro**, em 26/09/2023, às 13:14 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **19045867** e o código CRC **AB572A8E**.

Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - CEP 76805-902 - Porto Velho - RO - www.trf1.jus.br/sjro/

0028344-76.2023.4.01.8000

19045867v7